

Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

- Decreto-Lei nº 203/2008, de 10 de Outubro, que transformou o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, criado pelo Decreto-Lei nº 382/91, de 9 de Outubro, numa entidade pública empresarial, designada por Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, cuja gestão foi assegurada a 01.01.2009;
- Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro (capítulos II, III e IV), que aprovou o regime jurídico do sector empresarial do Estado;
- Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 12/2015, de 26 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial;
- Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o estatuto do gestor público, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro;
- Lei nº 4/83, de 2 de Abril, que aprovou o regime do controle público da riqueza dos titulares dos cargos políticos, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 38/83, de 25 de Outubro, nº 25/95, de 18 de Agosto, nº 19/2008, de 21 de Abril, nº 30/2008, de 10 de Julho, e nº 38/2010, de 2 de Setembro;
- Lei nº 64/93, de 26 de Agosto, que estabeleceu o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, alterado pelas Leis nºs 28/95, de 18 de Agosto, nº 39-B/94, de 27 de Dezembro, nº 42/96, de 31 de Agosto, nº 12/96, de 18 de Abril, nº 30/2008, de 10 de Julho, Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, e Lei Org. nº 1/2011, de 30 de Novembro;
- Despacho Conjunto, do SETF e SES, de 24 de Setembro de 2010, o qual, após reforço em 31 de Agosto de 2009, com 13 milhões de euros, passando para 14.200.000 €, determinou o aumento do capital estatutário do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, em 4.000.000 €, passando o mesmo para 18.200.000 €;
- Outras normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que decorram do seu objecto social e não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica.

Para além dos supra citados diplomas, em 20 de Agosto de 2008, foi aprovado o Regulamento do Gabinete do Utente do HFF. Em 19 de Janeiro de 2009, entrou em vigor o Regulamento do Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa do HFF, aprovado pelo Conselho de Administração (CA), de acordo com o Decreto-Lei nº 253/2009, de 23 de Setembro; em Junho de 2010, o Secretário de Estado da Saúde aprovou o Regulamento Interno do Hospital, onde consta a composição dos diversos órgãos da instituição e se definem as suas competências. Em 28.03.2011, foi aprovado o Regulamento da Comissão de Investigação Clínica. Em 29 de Setembro de 2011, foi aprovado o Código de Ética do HFF. Em 17.12.2012, foi aprovada a Política de Atribuição de Viaturas no HFF.

Cumulativamente, está instituído um conjunto de “Políticas e Procedimentos” em diversas áreas, tendo o Hospital sido acreditado junto do CHKS (Caspe Healthcare Knowledge Systems), anteriormente Kings Fund Health Quality.

Transações relevantes com entidades relacionadas

As transações relevantes com entidades relacionadas, neste caso a ACSS, representam cerca de 96,06% do volume da facturação.

Outras transações

Procedimentos adoptados

As aquisições de bens e serviços e a contratação de empreitadas são efectuadas em condições normais de mercado, sem prejuízo da aplicação do regime do direito comunitário relativo à contratação pública, orientadas por princípios gerais da livre concorrência e de economia e eficácia.

Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

A instituição não efectuou este tipo de transações.

Lista de fornecedores com mais de 5% dos fornecimentos

Os fornecedores que representam mais de 5% do volume de facturação ou com um valor facturado superior a 1 milhão de euros, são os seguintes:

FORNECEDOR	VOLUME FACTURAÇÃO 2013
Gilead Sciences S.A (Med)	4.786.830
ViiV Healthcare	2.592.234
JANSSEN-CILAG	2.521.813
Efacec Manvia Manutenção	2.117.894
UNISELF	1.954.789
Merck Sharp & Dohme, Lda.	1.715.650
Roche Farm Q.	1.649.781
Abbvie, Ida	1.573.511
SIEMENS HEALTHCARE DIAG. IDA.	1.491.635
Bristol-Myers Squibb, S.A.	1.418.968
B. Braun Medical Lda	1.369.008
Edp Corporate	1.284.725
SUCH – Dalkia, Serv. Hospital	1.272.288
WASHPROOF – Serv. Limpeza, Lda	1.068.318

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Sustentabilidade no Domínio Económico

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, apresentou no ano de 2013, um resultado líquido de -7.836.578€, sendo o Resultado Operacional de -8.447.385€. No mesmo período, o cash-flow operacional (EBITDA) registado foi de -4.109.021€.

Análise Económica

A análise das rubricas operacionais, revela-nos que face ao orçamento, os custos ficaram em linha com o esperado, apresentado apenas um desvio residual de +0,1% em relação ao orçamento (+115.637€). Destaca-se o comportamento da rubrica de Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) e dos Fornecimentos e Serviços Externos, com valores finais abaixo do esperado.

Nas rubricas de CMVMC, destaca-se o desempenho da rubrica de Medicamentos que ficou 4,7% (-1.362.989€) abaixo do valor orçamentado. No exercício em análise, foram conseguidos tanto pelo Hospital como através de negociações efectuadas pelo Ministério da Saúde, benefícios de 4.247.164,81€ de Rappel, factor que veio contribuir de forma decisiva para o desvio apresentado.

Os Resultados Operacionais apresentaram o valor negativo de -8.447.385€. O resultado apresentado resulta de forma clara da diminuição efectuada ao nível dos proveitos, quer pela redução dos preços unitários das linhas de actividade, quer pela realização de actividade abaixo do inscrito em Contrato Programa do ano.

Proveitos Operacionais

Cerca de 95% dos **proveitos operacionais** do exercício referem-se a valores relacionados com a actividade contratada com o SNS.

O **Internamento**, foi responsável por um desvio desfavorável de -1.330.696€. Este desvio tem especial incidência nos doentes equivalentes provenientes dos GDH's Médicos, com um valor -1.382.373€ abaixo do que o esperado. A actividade cirúrgica ficou, em termos de valor de proveito esperado, em linha com o valor contratualizado, apesar de ter excedido o número de GDH's face ao esperado em 407 doentes. Este saldo residualmente positivo é explicado pela aplicação das regras de marginalidade, prevista na metodologia do contrato programa, à actividade realizada. É ainda de referir que em 2013, foram operados 424 doentes do Hospital no exterior, através da cativação de vales cirúrgicos previstos no programa SIGIC, valor abaixo dos 500 doentes orçamentados para o ano.

A **Consulta Externa**, apresenta na sua globalidade, um resultado desfavorável em -419.259€. Apesar de, em termos de actividade, ter realizado +3.349 consultas do que o esperado, o desvio apresentado ao nível das primeiras consultas penalizou o desempenho do hospital nesta linha de actividade.

A **Urgência** ficou em linha com o valor orçamentado, ficando cerca de 1% acima do esperado na Urgência Básica.

A linha dos **Hospitais de Dia**, ficou abaixo do esperado em 7.823€ (-1,5%), sendo o desvio explicado pelo desempenho do Hospital de Dia de Psiquiatria que ficou 4,4% abaixo do orçamentado (-10.671€).

Os **GDH's de Ambulatório** ficaram 1.387.561€ abaixo do orçamentado, ficando o Ambulatório Médico 8,3% abaixo do esperado e o Ambulatório Cirúrgico 12,5%.

Por último, o valor de **Incentivos Institucionais** posiciona-se nos 5.499.573€, o que representa um nível de concretização de 80% do máximo possível (6.874.466€). O HFF optou por uma postura prudencial no cálculo dos Incentivos Institucionais, ou seja, em situação de dúvida no cumprimento do objectivo institucional, o HFF opta por não o valorizar.

Custos Operacionais

Nos **custos operacionais**, verificaram-se comportamentos distintos face ao Orçamento, e dentro das próprias rubricas.

Assim, na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, os *medicamentos* registaram uma diminuição de -7,1% face ao valor do ano anterior e de -4,7% face ao orçamentado. Para este bom desempenho, muito contribuíram as negociações efectuadas com a indústria farmacêutica, uma continuidade no esforço efectuado nos últimos anos, mas também o acordo entre a APIFARMA e o Ministério da Saúde. Nos *consumíveis clínicos* e, apesar do constante esforço de negociação com fornecedores e de controlo interno sobre o consumo, resultou numa evolução desfavorável face ao esperado, ficando a rubrica 3,8% acima do esperado.

Se nos *medicamentos*, sobressaem as parcelas associadas ao tratamento do VIH SIDA e doenças oncológicas, que respondem, aproximadamente, por metade do total de custos com medicamentos, nos *consumíveis clínicos* sobressaem os consumíveis afectos à Cardiologia, nomeadamente, no que respeita à utilização de cardioversores e *pacemakers* (unidade de *pacing*) e ao tratamento dos enfartes agudos de miocárdio (unidade de hemodinâmica), *a título de exemplo*. Estas unidades, são responsáveis por aproximadamente, um terço do total dos custos de material de consumo clínico do HFF.

A rubrica de **fornecimentos e serviços**, apresentou um resultado favorável face ao esperado, registando um desvio negativo de 2,8%. No entanto, aqui também verificamos evoluções distintas. Os *subcontratos* tiveram uma variação desfavorável de 8,9% face ao esperado, sendo o desvio justificado, pela reflexão nesta rubrica dos doentes operados no exterior através de vales cirúrgicos da responsabilidade financeira do Hospital que representaram, no ano em análise, cerca de 692.400,14€. Em FSE I registou-se um desvio inferior ao valor de orçamento de -112 mil € e face ao período homólogo de -191 mil €. Nos FSE II, a rubrica com maior desvio

favorável foi a de honorários - recibos verdes com -194 mil € face ao orçamento, reflectindo um esforço significativo do Hospital, na clarificação de regimes laborais. Em FSE III verifica-se uma evolução favorável como consequência do desvio registado na rubrica de honorários de firmas, que apresenta um desvio de 828 mil € face ao valor orçamentado.

Nos **custos com pessoal**, globalmente o HFF registou uma evolução desfavorável face ao orçamento e do período homólogo. Os motivos explicativos deste desempenho, prendem-se com a obrigatoriedade de cumprimento das orientações do Governo, contempladas na Lei do Orçamento de Estado para 2013, através da incorporação da estimativa de subsídio de férias para o mesmo ano, conforme referido anteriormente. De realçar o resultado positivo do esforço de redução da rubrica de Trabalho Extraordinário com um valor alcançado em linha com o orçamento e, 22,6%, cerca de 1.050 mil € abaixo do período homólogo.

As **amortizações do exercício**, ficaram em linha com o período homólogo e o orçamento.

Finalmente, os **resultados financeiros e extraordinários**, apresentaram resultados distintos. Enquanto os *resultados financeiros* se situaram num patamar abaixo ao esperado, o *resultado extraordinário* foi influenciado por correcção a custos de exercícios anteriores, originando um nível de custos e proveitos bastante acima do orçamento.

Análise Financeira

A situação financeira do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., durante os exercícios de 2013 e 2012, apresenta a seguinte estrutura:

	2013	2012
ACTIVO	413.330.777	316.312.488
Imobilizado Incorpóreo	4.933	4.933
Imobilizado Corpóreo	82.214.657	83.899.979
Existências	4.197.932	4.720.889
Dívidas de Terceiros	30.908.520	74.278.121
Títulos Negociáveis	4.200.000	4.200.000
Depósitos	6.092.763	1.813.046
Acrésc. Proveit. e Cust. Diferidos	285.711.969	147.395.518
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	413.330.777	316.312.488
Total do Fundo Patrimonial	105.829.912	113.674.317
Património / Capital Estatutário	18.200.000	18.200.000
Reservas	70.630.357	85.241.057
Resultados Transitados	6.651.992	10.168.584
Resultado Líquido do Exercício	-7.852.436	64.676
Total do Passivo	307.500.864	202.638.170
Adiantamentos de Clientes	270.149.959	166.728.919
Fornecedores C/C	20.044.389	18.026.088
Outros Passivos	4.603.300	4.647.763
Acrésc. Custos e Proveit. Diferidos	12.703.215	13.235.398

No **Activo** verificou-se um decréscimo significativo na Dívida de Terceiros, que passou de 74.278 mil euros para 30.909 mil euros e um acréscimo de 94% do Acréscimo de Proveitos e Custos Diferidos, passando de 147.596 mil euros para 285.712 mil euros. Estas variações devem-se à melhoria dos sistemas informáticos no processo de facturação e à diminuição do valor do Contrato Programa face ao do ano anterior.

Em relação ao **Passivo**, o aumento da rubrica de Adiantamentos de Clientes em cerca de 62%, deve-se, também, à razão já invocada de melhoria dos sistemas informáticos no processo de facturação. Quanto à diminuição dos Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, a justificação prende-se com a eliminação do subsídio de férias. O aumento da dívida a fornecedores em cerca de 11%, deve-se à incapacidade de tesouraria em cumprir os prazos normais de pagamento em virtude do Hospital ter visto diminuído o valor de Contrato Programa face ao ano anterior em cerca de 7.669.022,20€.

A situação do **Fundo Patrimonial** apresenta uma diminuição de cerca de 7%, devida unicamente à evolução desfavorável e negativa no Resultado Líquido do Exercício (-7.852 mil euros). O património continua financiado em apenas 24% (face aos 76,1 milhões de euros inicialmente estimados pela ACSS para o Capital Estatutário do HFF no momento da sua transformação para o regime E.P.E.), situação que também concorre para a insuficiência de tesouraria e para a não regularização da dívida a fornecedores para os prazos acordados.

Pela conjugação destas diversas rubricas de **Balanço**, constrói-se um conjunto de rácios que claramente espelham e resumem a melhoria da situação financeira do Hospital face ao ano transacto, tanto ao nível da *Autonomia* e da *Solvabilidade* como da *Liquidez* e *Rentabilidade*. Unicamente o *Prazo Médio de Pagamentos* (PMP) e pelas razões já indicadas de insuficiência de Tesouraria, causada pelo recebimento de apenas 82% da produção efectuada e do fraco nível de financiamento do Capital Estatutário, apresenta uma evolução desfavorável, situação que será integralmente revertida logo que recebidos os valores em dívida.

Rácio		2013	2012
Autonomia Financeira	Cap. Próprio / Activo Líquido	25,60	35,94
Solvabilidade	Cap. Próprio / Passivo Total	34,42	56,10
Endividamento	Passivo Total / Activo Líquido	74,40	64,06
Liquidez Geral	Activo Circ. / Div. c.p.	107,71	114,69
Rentabilidade Cap. Próprios	Resultado Líq. / Cap. Próprio	-7,42%	0,06%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas e Prest. Serviços	-3,07	2,92
PMP	Cálculo ACSS/DGTF	113 dias	157 dias

Sustentabilidade no domínio social

Perante novo ano de profundas alterações legais nos regimes de trabalho vigentes no HFF, a par da obrigatoriedade legal de reporte de informação a entidades externas, a actuação da Direcção de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) reconduziu-se na procura de uma readaptação célere e eficaz em todos os procedimentos e processos, com especial enfoque nas alterações impostas pela Lei do Orçamento do Estado para 2013, as alterações feitas ao Código do Trabalho, entre outros normativos legais com impacto nos recursos humanos.

Mantivemos em 2013, especial atenção na monitorização mensal da evolução dos custos com o pessoal, face ao orçamento aprovado, e uma aposta no reforço dos procedimentos que visam a fiscalização das situações de processamento de vencimentos e honorários e aferição do absentismo.

No que concerne à implementação do sistema de gestão de horários/biometria, e após a entrada em vigor, na sua plenitude, imposta pelo Conselho de Administração desde 28 de Março de 2013, a DGRH vem monitorizando mensalmente a aplicação do sistema, dando da mesma conhecimento superior, com vista à adopção de medidas que imponham a correcta aplicação das regras estabelecidas para o efeito.

Acresce o cumprimento de outros objectivos definidos para o ano de 2013, nomeadamente:

- Revisão de políticas e procedimentos de recursos humanos, no âmbito do processo de reacreditação pelo CHKS;
- Execução do plano de formação, cumprindo o orçamento estabelecido;
- Aplicação do questionário de avaliação de satisfação aos colaboradores, previsto em regime bianual;
- Aplicação do modelo do sistema de avaliação de desempenho para todos os grupos profissionais, utilizando uma nova metodologia de formulário informatizado.

Em 31 de Dezembro de 2013, o HFF contava com um total de 2.570 colaboradores (excluindo prestadores de serviços), dos quais 1.925 (74,9%) do sexo feminino e 644 (25,1%) do sexo masculino, fixando-se a média de idades em 37,97 anos.

O Hospital integra 27 profissionais portadores de deficiência.

No que respeita à relação jurídica de emprego, 87,85% dos profissionais (2.360) detêm contrato de trabalho ao abrigo do código do trabalho (2.215 contratos sem termo e 140 com termo), 7,78% (200) têm contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (médicos internos), 0,4% (10) têm contrato de trabalho em funções públicas, 9 dos quais pertencem ao quadro residual do próprio Hospital.

A maioria dos colaboradores integra os grupos profissionais dos enfermeiros (823 colaboradores =32%), auxiliares (644 colaboradores=25%) e médicos (333 colaboradores=13%). Os técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores de saúde contabilizam 199 profissionais (7,7%).

No âmbito do Internato Médico, a área da formação específica dispõe de um total de 170 internos e o ano comum de 30 internos. Durante o ano de 2013, concluíram a especialidade um total de 16 médicos, dos quais 3 celebraram contrato individual de trabalho com o HFF.

Sustentabilidade no domínio ambiental

Em termos energéticos, o HFF continua a explorar a Central de Cogeração alimentada a Gás Natural, para produção de vapor, água gelada e água quente sanitária e de aquecimento, poupando um montante estimado em 1500 toneladas de Fuelóleo, continuando a redução do consumo de combustíveis fósseis e a consequente diminuição da emissão de gases de estufa. Por outro lado, verifica-se que esta instalação mantém a poupança de 1,2GW de energia eléctrica em relação ao ano de 2011, pois o consumo em 2013 foi equivalente a 2012.

Por outro lado, os dois furos hertzianos, em exploração no HFF, permitem o abastecimento autónomo da Central Térmica, e ainda, abastecimento para a rede de rega e para a lavandaria, gerando uma poupança aproximada de 22.200m³ de água.

Durante o ano de 2013, o HFF continuou a investir na requalificação do sistema de armazenamento e distribuição de água sanitária (quente e fria), nomeadamente, na rede de abastecimento ao edifício hospitalar, diminuindo assim as perdas com rupturas.

Paralelamente a estes investimentos, o HFF continuou a substituir os seus equipamentos mais antigos por outros energeticamente mais eficientes, além de efectuar melhoramentos nas instalações, de modo a garantir um menor consumo de energia térmica e eléctrica.

No ano de 2013, foram mantidas as linhas orientadoras definidas no “Manual de Boas Práticas Ambientais”, documento que, numa abordagem por áreas temáticas, reúne as boas práticas ambientais já implementadas no HFF.

Relativamente à área de Gestão de Resíduos Hospitalares, em 2013, mantiveram-se as estratégias definidas em 2010, nomeadamente, no que respeita ao Plano de Sustentabilidade Ambiental do HFF, que assenta em políticas e procedimentos, de acordo com a Norma 18 do CHKS, inscritos no Manual de Acreditação em Qualidade. O cumprimento desta Norma, conduz a uma produção de resíduos controlada que incentiva à melhoria contínua e à partilha de Boas Práticas, de forma a garantir uma maior segurança e eficiência, no desempenho de cada profissional e uma redução dos impactes ambientais.

No decorrer de 2013, fruto da implementação no HFF do sistema de pesagens dos Resíduos Hospitalares Perigosos por serviço, todas as produções a custos passaram a ser imputados ao respectivo serviço, após análise dos relatórios mensais. Este procedimento, permite individualizar e avaliar a melhoria dos processos em cada serviço, com o objectivo da monitorização e melhoria contínua na realidade global.

Já em 2014, é possível realizar uma análise da produção anual relativa a 2013, com identificação dos maiores serviços produtores de resíduos perigosos, por Grupo.

No âmbito das estratégias adoptadas pelo HFF, desenvolveram-se ações proactivas de sensibilização, de informação, de formação e de envolvimento efectivo dos profissionais, sobretudo, no que respeita à gestão dos Resíduos Hospitalares, em particular no aumento da quantidade dos resíduos valorizáveis para Reciclagem, Redução e Reutilização, sempre na perspectiva de minimizar os impactes Ambientais, Económicos e de Saúde Pública.

Foi implementado em 2013, o projeto Valormed, em parceria com a própria entidade e a Farmácia Hospitalar, ao abrigo do qual, foram encaminhados 1081kg de resíduos de embalagem de medicamentos.

Foi também implementado, um procedimento de encaminhamento de plástico fita filme, em colaboração com a empresa gestora do papel/cartão que resultou em 700kg de plásticos com destino à reciclagem.

Estas estratégias incluem ainda, para além da formação anual em Gestão de Resíduos Hospitalares, de carácter obrigatório para todos os colaboradores, Planos de Acção, de acordo com a especificidade de cada Serviço, ações de formação específicas, adaptadas a cada Grupo Profissional, de acordo com o seu desempenho, monitorização Serviço a Serviço, ações correctivas e informação regular e atempada.

A Gestão Global de Resíduos Hospitalares no HFF, consiste no planeamento e execução de um conjunto de medidas que passam, em primeiro lugar e, obrigatoriamente, pelo cumprimento da legislação em vigor - nacional e comunitária - e que determina as ações para o ciclo de vida de cada tipologia de resíduo, desde a sua produção ao destino final, de forma adequada, correcta e ambientalmente segura.

O Plano de Sustentabilidade Ambiental do HFF, inclui a contratação de Operadores autorizados e com Certificação Ambiental, depositando nestes, a partilha de responsabilidade pela Gestão Global dos Resíduos, atribuída ao Produtor e que se processa nas fases de transporte para o exterior, tratamento adequado e destino final, no caso dos Resíduos Hospitalares sólidos e líquidos e, no caso dos resíduos valorizáveis, o respectivo processo de recolha e valorização.

Relativamente aos resíduos passíveis de serem encaminhados para reciclagem, a fileira mais significativa em 2013, continuou a ser o papel/cartão, cuja representação no global dos RSU produzidos no Hospital foi de 10%.

Decréscimo acentuado na produção global de resíduos, cerca de 8% no global e de 10% nos resíduos hospitalares perigosos face a 2012, o que de algum modo reflete a conjuntura nacional. A produção de papel/cartão registou um decréscimo de 7%.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

O Hospital Fernando Fonseca possui as estruturas, os regulamentos e os controlos, necessários ao cumprimento dos Princípios do Bom Governo, tal como se encontram definidos na RCM nº 49/2007, revogado pelo DL nº 133/2013, de 3 de Outubro.

Código de Ética

O [Código de Ética](#) aprovado pelo Conselho de Administração, no final do mês de Março de 2011, encontra-se disponível para consulta no site do Hospital, na sua página de intranet, bem como no portal das empresas do SEE da DGTF.